



Encontro Nacional dos
Estudantes de Arquivologia
De 11 a 15 de Julho de 2016



ARQUIVO AFONSO PEREIRA: FONTE DE INFORMAÇÃO E REGISTRO DA MEMÓRIA

Bernardina M. J. F. de Oliveira¹
Sheila Larissa Araújo da Silva²
Alvicleide Caetano da Silva³

RESUMO

Muito se tem estudado sobre os aspectos da memória na contemporaneidade como recuperação mnemônica, capaz de se traduzir sob a forma de uma organização arquivística. Os arquivos se apresentam como um campo promissor, no que tange ao patrimônio histórico, cultural e memória cultural. Este trabalho visa responder ao questionamento de como se configura a produção arquivística no Arquivo Afonso Pereira, cuja produção é reveladora de um projeto autobiográfico, resultante de uma ação que envolve imaginação e autoridade intelectual. O estudo situa-se na abordagem qualitativa, e o aprofundamento da análise seguiu o método descritivo-interpretativo para compreensão sobre o processo pelo qual os arquivos pessoais são constituídos, desde as etapas iniciais de acumulação de documentos até a configuração final que assumem quando são organizados e abertos ao público. Infere-se que o acervo Afonso Pereira se caracteriza como fonte de informação e registro da memória, contribuindo para e ampliando a visibilidade da informação arquivística.

Palavras-chave: Arquivo Afonso Pereira. Memória. Patrimônio histórico-cultural.

AFONSO PEREIRA'S ARCHIVE: source of information and memory record

ABSTRACT

The aspects of memory in the contemporaneity as mnemonic recovery have been intensively studied and this recovery may be translated in the form of an archival organization. The archives are presented as a promising field, with regard to historical and cultural patrimony as well as cultural memory. This study aims to answer the question of how to set up the archival production in Afonso Pereira's Archive, whose production is indicative of an autobiographical project, resulting from an action involving imagination and intellectual authority. This study is of qualitative approach, and the development of the analysis followed the descriptive and interpretative method for understanding the process by which the personal archives are made, from the initial stages of document accumulation to the final configuration when they are organized and open to the public. It may be inferred that Afonso Pereira's collection is characterized as a source of information and memory record, contributing to and increasing the archival information visibility.

Keywords: Afonso Pereira's Archive. Memory. Historical and Cultural Patrimony.

¹Professora doutora no PPGCI/UFPB. Líder do Grupo de Estudo e Pesquisa em Cultura, Informação, Memória e Patrimônio (GECIMP).

²Graduanda em Arquivologia pela UFPB e integrante do GECIMP.

³Graduando em Arquivologia pela UFPB e integrante do GECIMP.

1 INTRODUÇÃO

Considerando que o arquivo pessoal pode ser percebido como o meio de acesso mais direto ao titular e à sua trajetória, o presente trabalho tem como objetivo principal apresentar o Arquivo Pessoal Afonso Pereira cuja produção é reveladora de um projeto autobiográfico, resultante de uma ação que envolve imaginação e autoridade. A partir desse entendimento iniciamos com uma pesquisa sobre a vida de Afonso Pereira, as atividades ligadas ao seu trabalho e outros aspectos da sua vida, identificando os documentos que compõem o acervo e relacionando-os às atividades que os produziram.

Segundo preceitua Oliveira (2009), nos arquivos pessoais há uma manifestação concreta da memória individual de seus titulares, e a livre iniciativa para a guarda e a utilização dos documentos são características desses arquivos, que preservam informações de acordo com o livre arbítrio de seu produtor. Dentre os documentos que podem ser encontrados nos arquivos pessoais estão aqueles que se referem e testemunham atividades profissionais, demonstrando a relação entre o produtor dos documentos e seu trabalho, sua vida pessoal e familiar, suas relações de amizade. São espécies e tipologias documentais como: bilhetes, cartas, manuscritos, mensagens, fotografias, anotações, dentre outros documentos que constituem um conjunto que a pessoa guarda por uma razão específica. Todavia, cada um desses documentos pode fornecer informações que sirvam para complementar uma história oficial.

De acordo com Santos (2012, p.21), os documentos são criados “com uma finalidade histórica e cultural inicial, mas são formados por homens e mulheres ao longo de uma vida e adquirem ‘valor’ testemunhal, por um gesto de quem os produziu e/ou de quem os identificou e lhes atribuiu significado social e cultural”.

Tendo por cenário o Arquivo Pessoal Afonso Pereira, a pesquisa teve como foco a leitura dos arquivos pessoais como um tipo de testemunho, em que o indivíduo escolhe, através da acumulação documental, uma versão de sua própria história. A partir da documentação, procuramos perceber a imagem que Afonso Pereira tentou construir de si mesmo, organizando a memória com que ele gostaria de ser lembrado. Neste caso, foi possível perceber o esforço de nosso protagonista em tornar evidente sua importância na história educacional, política e social na Paraíba. Os documentos que fazem parte desse Arquivo revelam os relacionamentos pessoais de Afonso Pereira e sua trajetória intelectual, política, além de registrarem um amplo leque de sua atuação e sua postura diante da vida e dos acontecimentos.

Antes de adentrarmos o Arquivo, apresentamos brevemente a trajetória de Afonso Pereira da Silva, natural do município Bonito de Santa Fé, localizado no alto sertão paraibano, nascido em 1917 e falecido no dia 8 de junho de 2008. Além de docente, magistrado e seminarista, ele ocupou cargos públicos e privados, federais e estaduais. Um dos fundadores do atual Centro Universitário de João Pessoa – Unipê, além de ajudar na federalização da UFPB tendo exercido a função de Chefe de Gabinete da universidade entre os anos de 1966 a 1968. Destacou-se como fundador e presidente da Fundação Padre Ibiapina.

Em 17 de outubro de 2011, o Senado Federal, então presidido pelo senador José Sarney, homenageou o professor Afonso Pereira com o título de “Maior Professor do Brasil”. Reconhecidamente, pois Afonso Pereira ajudou a instituir 275 unidades de educação na Paraíba. Enquanto locais de destaque, ele lecionou no Colégio Lyceu Paraibano. Também foi professor de Alemão, Francês, Latim, Grego, Português, Geografia, Ciências Naturais, Direito Autoral, Direito Romano e Pesquisa Social. Como bacharel em Direito, foi diretor substituto da Faculdade de Direito da Universidade Federal da Paraíba – UFPB e diretor do Instituto de Educação da Paraíba – IEP.

Essa atenção prévia sobre a vida de nosso protagonista foi importante para conhecimento das atividades e funções por ele desempenhadas, além de nos permitir compreender a produção de documentos, a organização e disseminação das informações contidas no Arquivo Afonso Pereira.

Para estudar os tipos de documentos no Arquivo Pessoal Afonso Pereira, vários projetos de pesquisa vêm sendo desenvolvidos e orientados por professores da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), mais especificamente, por professores que atuam nos cursos de Arquivologia e Biblioteconomia, e na Pós-graduação em Ciência da Informação, levantando e refletindo sobre os tipos de documentos que constituem os arquivos pessoais, e ainda sobre o processo de constituição desses arquivos, desde a etapa de acumulação dos documentos no domínio privado até a sua abertura à consulta pública.

O Arquivo Afonso Pereira está organizado, preservando importante acervo e oferecendo uma rica fonte para a pesquisa de tipos documentais, com relevância para diversas áreas de atuação. São documentos dos mais variados gêneros, suportes, espécies e tipos, que se relacionam direta ou indiretamente às atividades desempenhadas pelo produtor no decorrer de sua vida, contextualizando não apenas sua trajetória acadêmica, mas também o ambiente em que viveu e que o possibilitou ao desenvolvimento de seu trabalho.

Neste artigo o nosso foco foi a investigação de como se configura a produção arquivística no Arquivo Afonso Pereira, que ocorreu pela necessidade de recuperação desse

legado, como porta-voz do risco do esquecimento e do compromisso com a memória de um cidadão tão caro à Paraíba.

2 ARQUIVO: PATRIMÔNIO HISTÓRICO E MEMÓRIA CULTURAL

As condições de produção de documentos históricos por meio da criação de instituições de memória e o investimento nos acervos pessoais enquanto valor de testemunho são temas recorrentes na atualidade e nos instigam a buscar a origem e motivação no recolhimento, tratamento, guarda e difusão de um acervo documental, centrado na trajetória de um indivíduo.

Como pontua Oliveira (2012, p.02), os arquivos podem ser considerados como “lugares e fontes possíveis para usos diversificados, mas seu eixo central está vinculado ao arquivo declarado como patrimônio cultural e histórico, e assim sendo, como um lugar de memória, de identificação e de pertencimento”.

Nas palavras de Heymann (2005, p.03), os investimentos na memória, tais como projetos institucionais, comemorações e homenagens “visam deixar no passado as posições que os protagonistas desses investimentos já ocuparam ou pretendem ocupar”. Como reforça Heymann, “não estão em jogo, apenas, as condições que permitem criar uma instituição de memória”, mas também “as formas pelas quais tais memórias são evocadas e comemoradas, bem como as disputas entre diferentes grupos e diferentes projetos em torno de uma mesma memória ou, mais precisamente, entre diferentes memórias de um mesmo personagem” (HEYMANN, 2005, p.03).

Assim, a noção de passado e futuro se aproxima na medida em que o significado da memória do indivíduo que se torna objeto desse tipo de ação é dotado de um valor que ultrapassa o contexto de sua atuação e que projeta esse significado para frente.

Para Jardim (1995, p.5) “a noção de arquivo permanente traz em seu bojo a perspectiva de que expressa um tipo de memória materializada. Como tal, esta memória confunde-se com o próprio arquivo a ser preservado”. Ainda de acordo com Jardim (1995, p.08):

A memória que se inventa em nossos arquivos públicos não parece transcender a escassa dimensão política desses equipamentos públicos de restritas possibilidades de uso social. A invenção da memória nos arquivos públicos brasileiros tampouco parece encontrar sua referência na racionalidade técnica dos princípios teóricos da avaliação e seleção de documentos consagrados internacionalmente. A reduzida literatura sobre o

tema no Brasil evidencia esta situação, bem como as lacunas teóricas com que se opera o conceito/noção de memória entre os arquivos públicos.

No que se refere ao conceito de arquivo, podemos considerá-lo como um conjunto de regras que definem o evento do discurso. Nas palavras de Agamben (2008, p.145), “o arquivo é, pois, a massa do não semântico, inscrita em cada discurso significante, como função da sua enunciação”. O arquivo é uma importante “fonte para a compreensão da Historiografia Brasileira Contemporânea e da consolidação de instituições públicas brasileiras, além de contribuir para estudos sobre o desenvolvimento político, social, cultural e educacional do país” (OLIVEIRA, 2012, p.03).

Nos arquivos privados pessoais há uma manifestação concreta da memória individual de seus titulares. Nele está contido todo o processo de constituição do arquivo, desde a etapa de acumulação de papéis no domínio privado até a sua abertura à consulta pública. O arquivo privado é tratado como o meio de acesso mais direto ao personagem e à sua trajetória.

De acordo com Silva (2013), os arquivos pessoais expressam individualidades e subjetividades de acordo com a área de atuação do produtor, exigindo do arquivista uma atenção redobrada na contextualização dos documentos em consonância com as ações que o titular desempenhou ao longo da vida. Para Silva, reconhecer e dar o nome correto aos documentos dentro de seu contexto de produção pode fazer toda a diferença na compreensão das informações arquivística.

Seguindo o direcionamento de Silva (2013), sobre cultura, ressaltamos que ela não está presa unicamente ao passado humano, acumulando-se em construção futura. Para Silva, a cultura está diretamente ligada à atividade regular do homem, um produto e um objeto de consumo deste, suscitando relações jurídicas, que se traduzem em direitos e obrigações: o direito do autor sobre suas obras quer como produtora de cultura, com a criação de espaços culturais, quer pela prestação de serviços públicos culturais.

Conforme os dispositivos da Constituição da República Federativa do Brasil (1988) constituem o patrimônio cultural os bens de natureza material e imaterial (ou intangível), os quais todas as pessoas têm o dever de valorizar, difundir e preservar. De acordo com Bueno (2005), com a promulgação da Constituição Federal de 1988, na seção da Cultura, fica estabelecida uma base de proteção ao patrimônio e fomento às manifestações culturais.

Com relação à noção de patrimônio, a experiência a qual se associa é sempre individual, testemunho de uma vida. Como esclarece Gomes (2004), a valorização do indivíduo constitui características do discurso autobiográfico. O discurso que constrói essa ideia não deixa de se aproximar da concepção da história na medida em que atribui à trajetória

do indivíduo um valor distintivo, associado a princípios e talentos que o tornam digno de sobreviver ao esquecimento e ao tempo e de integrar-se, como memória, ao patrimônio histórico. Este é constituído de bens de natureza material e imaterial e não deve ficar restrito à ideia de herança, pois se refere também aos bens produzidos de geração em geração, que resultam em experiências e memórias, coletivas ou individuais, contribuindo para a formação da identidade de um país, a formação de grupos, as categorias sociais e a recuperação da memória. Preservar o patrimônio pode ser tão importante quanto sua criação para garantir que a sociedade possa conhecer sua própria história e a de outros. Promovê-lo e preservá-lo pode ajudar a ampliar sua capacidade de estimular a memória das pessoas historicamente a ele vinculadas.

3 AFONSO PEREIRA: MEMÓRIAS, TRAJETÓRIA E O PROJETO AUTOBIOGRÁFICO

Os arquivos pessoais são reconhecidos como arquivos a partir do momento que se caracterizam como um conjunto de documentos produzidos e acumulados por uma pessoa no decorrer das atividades desempenhadas durante sua trajetória (CAMARGO; GOULART, 2007; OLIVEIRA, 2009).

A organização de um arquivo pessoal pode demonstrar o interesse de seu produtor em construir uma imagem conforme seus interesses, principalmente quando se trata de construir uma imagem que possa ficar preservada para a posteridade por meio dos documentos acumulados. Dessa forma, a intenção autobiográfica é traduzida na acumulação de conjuntos documentais específicos e na organização minuciosa de algumas de suas séries documentais, nas quais são produzidas as memórias.

Ainda sobre a constituição de arquivos, ressaltamos que a teoria arquivística, desenvolvida para os arquivos institucionais, considera que os arquivos são constituídos de documentos, produzidos ou acumulados por uma instituição no desempenho de suas atividades. Este conjunto de documentos é preservado por seu valor de prova, mas também por outros valores que podem ser adquiridos e reconhecidos com o passar do tempo: testemunho, histórico, educativo, cultural, científico observando-se a lógica de acumulação, bem como a produção em série de documentos em decorrência das funções e atividades institucionais. Os arquivos pessoais, por sua vez, “constituem matéria privilegiada para que se possam compreender os processos de conhecimento, criação e decisão, razão por que, aliás, têm sido objeto de iniciativas de recolhimento por instituições diversas” (CAMARGO e GOULART, 2007, p.50).

As características da produção documental e da acumulação são distintas, porém os documentos pessoais são testemunhos das atividades desempenhadas por um indivíduo nas diversas atuações ao longo da vida, sejam elas em âmbito familiar, social, profissional, político, ou religioso. Os documentos produzidos em âmbito pessoal, diferentemente do institucional, não precisam seguir fórmulas rígidas de confecção nem seguir normas de guarda e descarte. O tratamento dado aos arquivos pessoais pressupõe o exercício de se identificar as atividades que produziram os documentos. Assim, o produtor do arquivo pessoal possui liberdade de ação, que lhe permite avaliar e selecionar os documentos que permanecerão sob sua guarda e descartar aqueles que não lhe interessa perpetuar. Ele decide os conteúdos que permanecerão como testemunhos de sua vida pessoal e profissional, sem se preocupar com a perspectiva de preservar registros de todas as atividades de forma proporcional, podendo eliminar completamente qualquer documento que testemunhe ou comprove um evento ou uma atividade de sua vida.

Como realça Bellotto (2008), quanto mais se conhece a pessoa e a produção de documentos do arquivo, mais apurado se apresenta o trabalho de avaliação, descrição e classificação, visando, por meio das funções e atividades, à contextualização da produção documental.

De acordo com Silva (2013), são igualmente relevantes os documentos que registram suas atividades em família, no meio social onde atuou, e seus momentos de lazer. É a necessidade individual que prevalece no âmbito doméstico, obedecendo à lógica própria do produtor e ao seu ritmo de vida. Nas palavras de Bourdieu (1996, p.185):

Uma vida é inseparavelmente o conjunto dos acontecimentos de uma existência individual concebida como uma história [...], produzir uma história de vida, tratar a vida como uma história, isto é, como o relato coerente de uma sequência de acontecimentos com significado e direção, talvez seja conformar-se com uma ilusão retórica.

Bourdieu (1996, p.184) adverte que acreditar na possibilidade de biografar é acreditar na possibilidade de relatar “um conjunto coerente e orientado que pode e deve ser apreendido como uma expressão unitária de uma intenção subjetiva e objetiva, de um projeto”.

A formação do Arquivo Pessoal Afonso Pereira foi inicialmente baseada em critérios próprios, intuitivos, a partir de sua idealizadora e diretora-presidente, Sra. Clemilde Torres Pereira, na guarda de arquivos, não só da trajetória de vida de seu companheiro, mas também sobre muitas dimensões da coletividade paraibana. Assim o Arquivo, fundado em 03 de janeiro de 1998, apresenta uma variedade de tipos de documentos, mapeados e identificados.

Reconhecê-los foi o ponto de partida de seus idealizadores para um trabalho abrangente de organização e preservação dos documentos. Associar o conhecimento da história de vida de seu produtor com o do conteúdo do acervo é um desafio que demandaria estudo exaustivo. Tal como se realiza pesquisa no arquivo institucional, no arquivo pessoal não é diferente. Requer conhecimento da missão, das funções e atribuições desse arquivo para se estruturar um plano de observação.

O Arquivo Afonso Pereira é formado por 10.654 Documentos Bibliográficos, 7.608 Fotografias; 110 unidades de Painéis; 296 Objetos Variados; 567 Discos de Vinil; 31 CDs; 13 Fitas Cassetes; 68 DVDs e 34 VHSs. Quanto a sua organização, está dividido em Setores/Serviços. A Sala “A”, por exemplo, abriga o Gabinete e a Biblioteca Pereira da Silva. Na Sala “B” estão as Fotografias Particulares, a Produção Literária, Documentos Pessoais e Correspondências. Na Sala “C” estão os documentos referentes à Fundação Padre Ibiapina, à Faculdade de Direito de Souza, à Universidade do Sertão, às Entidades Criadas e Assistidas, ao Ensino Rural, e à Cultura Francesa.

Encontram-se na Sala “D”, localizada nesse arquivo, documentos referentes à sua atuação na Universidade da Paraíba; na Universidade Federal da Paraíba (UFPB); na Academia Paraibana de Letras; no Observatório Astronômico da Paraíba; em Congressos e Associação Interamericana da Paraíba. A Sala “E” abriga toda documentação referente ao Centro Universitário de João Pessoa (UNIPÊ), do qual foi um dos fundadores; o jornal Correio da Paraíba; à Estação Ciência; Sociedade de Cultura Musical; Orquestra Sinfônica da Paraíba; Conservatório Paraibano de Música; Instituto Histórico e Geográfico na Paraíba (IHGP); Teatro do Estudante; Folclore; Conselho Estadual de Educação; Campanha Nacional de Escolas da Comunidade. Por fim, o Auditório 27 de Abril, sediado para cursos, conferências e lançamentos culturais.

A documentação proveniente das atividades de pesquisa científica e acadêmica, bem como demais atividades profissionais compõem a grande maioria de um acervo. Adentrando um pouco mais o Arquivo Pessoal Afonso Pereira, encontramos documentos de identificação e registros pessoais, produzidos na sua intimidade, bem como para a garantia de direitos e obrigações civis e militares. São exemplos desses tipos de documentos: carteira de identidade; carteira profissional; certidão de nascimento; certificado de licenciamento militar; entre outros. Ainda compõem o acervo: cartas; cartão de agradecimento; cartão de boas festas; cartão-postal; convites de casamento; votos de boas festas; bilhetes; cartas de agradecimento; cartas de comunicação; cartas de convite; cartas de cumprimentos; carta de pêsames; convite; relação de cumprimentos.

Também fazem parte desse acervo os documentos sobre os assuntos financeiros, produzidos no âmbito da administração doméstica e pessoal, e do patrimônio pessoal e familiar, tais como: acordo de trabalho; aviso de pagamento; extrato bancário; fatura de serviço postal; guia de declaração de quitação. Encontram-se também, documentos e objetos ligados às afetividades, aos *hobbies*, às preferências políticas e às crenças e práticas religiosas - o lado religioso de Afonso Pereira é muito marcante, como seminarista e católico atuante que sempre foi - o que se reflete em seus arquivos pessoais -; à prática escolar, como: caderneta; certificado de conclusão de curso; diploma; documentos sobre as atividades docentes, além de vários discursos proferidos, como: discurso de abertura; discurso de agradecimento; discurso de encerramento; discurso de homenagem; relatório de atividades; requerimentos e manuscritos de palestras por ele proferidas.

Há ainda documentos relacionados às atividades administrativas, pela atuação em cargos administrativos em instituições de ensino, como a Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e o Centro Universitário de João Pessoa (UNIPÊ), departamentos e coordenações; documentos relacionados às atividades de consultorias e assessoramentos, produzidos pela atuação em conselhos, governo, assessorias; documentos sobre filiação em associações; carta de agradecimento; carta de comunicação; carta de convite; carta de cumprimento, felicitações e homenagens. Dos documentos localizados nos arquivos, os quais já passaram por estudo tipológico, também são facilmente identificados alguns relatórios, ofícios, atas, diplomas.

O apreço pelo Arquivo Pessoal Afonso Pereira é revelado em centenas de trabalhos acadêmicos, enfocando as diversas facetas do autor/produtor, bem como em publicações de livros, como exemplo, *Afonso Pereira e o teatro do estudante na Paraíba: educando pela arte dramática*, de Bernardina M. J. F. de Oliveira, Maria Nilza B. Rosa e Tatiana L. de Abreu. Se o recurso da cena estruturando a obra fez pensar em teatro, pode também vincular-se ao campo musical. Assim é que surge *Afonso Pereira e o campo musical na Paraíba*, escrito por Bernardina de Oliveira, Maria da V. B. Lima e Giulliana M. Morais.

Afonso Pereira foi um grande incentivador da educação na Paraíba. Ele criou a Fundação Padre Ibiapina em 30 de março de 1954, visando à interiorização do Ensino na Paraíba em todos os níveis: rural, profissional, médio e superior. Chegou a inaugurar 70 ginásios para prática de esportes; 44 escolas de ensino fundamental; 09 Escolas Livres Profissionais com formação para o mercado da época, a exemplo dos cursos de: bordado, costura e arte culinária. Esta Fundação foi responsável pela construção de 275 instituições educacionais, dentre elas: escolas técnicas, escolas rurais, bibliotecas e faculdades. O registro de todo esse feito pode ser visto no arquivo Afonso Pereira.

A fortuna crítica de Afonso Pereira é extensa e bastante significativa, chegando a abranger várias áreas do conhecimento nas quais ele transitava, revelando seu trajeto. Tudo com o fito de servir aos seus propósitos, bem como aos da sociedade paraibana. Sob este aspecto ressaltamos, que no segmento dos arquivos pessoais, considerados relevantes para a História da Paraíba, um dos principais fundos arquivístico é o de Afonso Pereira, que se encontra organizado, processado, indexado e parcialmente digitalizado.

A atenção prévia sobre a vida de Afonso Pereira da Silva foi importante para conhecimento das atividades e funções por ele desempenhadas, além de nos permitir compreender a produção de documentos, a organização e disseminação das informações contidas no seu Arquivo Pessoal.

Quando se fala em processo de acumulação arquivística, é preciso observar a identificação entre o arquivo pessoal e a memória/trajetória individual desde o princípio da acumulação, pois nem todos os momentos ou atividades a que o produtor se dedicou mereceram igual investimento quanto à seleção e à guarda de seus registros. Segundo assevera Heymann (1997), o processo de acumulação e organização dos registros documentais presentes nos arquivos pessoais passa por diversos critérios, que podem variar segundo avaliações táticas do tempo presente relativas a projetos significativos em algum período para o autoprodutor, ou de suas posições sociais ocupadas. Esse processo pode ser denominado autobiográfico e constitui-se em uma estratégia de cuidado de si, atualizado, no sentido de poder ser um mecanismo propiciador de unidade interna, para subjetividades e inquietações, além de promover coerência e unicidade às subjetividades fragmentadas. Como diria Foucault (2006), isso acontece em função das características próprias do discurso narrativo escrito que, na maioria das vezes, ganha contornos circulares.

Segundo preceitua Lejeune (2008, p.14), o projeto autobiográfico pode ser considerado como “a narrativa que uma pessoa real faz de sua própria existência, quando focaliza a sua história individual, em particular a história de sua personalidade”.

Autobiografia, escrita de si, memória: esses termos se embaralham, mas, no que interessa a este trabalho, todos eles possuem a marca comum da afirmação de uma construção e organização arquivística, centrada na produção documental, pertencente ao Arquivo Pessoal Afonso Pereira. Com isso, buscamos apresentar a organização desse arquivo, sem, contudo nos aprofundarmos nessa tessitura. A intenção foi, sem dúvida, darmos a conhecer a configuração do Arquivo Pessoal Afonso Pereira, além de suscitar sua relevância para o contexto acadêmico.

O projeto autobiográfico tem como característica a presença do cotidiano, marcado pelo fato de o conteúdo narrado centrar-se no vivido. No caso de Afonso Pereira, é nítida a relação entre ele, o produtor, e todo o material por ele acumulado, ou seja, toda a documentação produzida, o que lhe favoreceu a construção de sua própria identidade. Ressalta-se nesse fazer a constituição de uma memória de si, realizada pelo recolhimento de objetos materiais ao longo de sua vida, como fotografias, cartões, correspondências, além de uma série de objetos do cotidiano, que passam a povoar e a transformar o espaço privado do Arquivo.

Ainda no que se refere à produção de um projeto autobiográfico, podemos dizer que Afonso Pereira da Silva dedicou a sua vida, principalmente à educação, ao ensino formal, às questões pedagógicas. A trajetória de Afonso Pereira também foi marcada por muitos outros projetos, dentre eles a atuação parlamentar pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB); a fundação da Sociedade de Cultura Musical da Paraíba, bem como do Teatro do Estudante; a reativação da Orquestra Sinfônica da Paraíba, aos Programas de Músicas na Rádio Tabajara, para popularizar a música clássica; a fundação da Faculdade de Direito Romano; a estruturação jurídica e administrativa da Universidade Federal da Paraíba, por ocasião de sua federação; a fundação do Jornal Correio da Paraíba, do qual foi o primeiro diretor; a idealização e fundação do IPÊ/UNIPÊ.

O dinamismo de Afonso Pereira o impulsionou a criar e presidir a Fundação Padre Ibiapina, como já foi dito anteriormente, uma instituição que abarca centenas de escolas de ensino fundamental e médio. Como não bastasse, presidiu a Academia Paraibana de Letras (APL); foi Membro da Associação Paraibana de Imprensa (API); Membro do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano; Membro da Academia de Letras Jurídicas; Membro da Academia Internacional de Letras; Oficial do Exército Brasileiro; Diretor da Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais da Universidade Autônoma de João Pessoa; Diretor substituto da Faculdade de Direito da UFPB; Presidente e introdutor, na Paraíba, da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade (CNEC), além de Fundador e primeiro-presidente da Associação de Cultura Franco-Brasileira - Aliança Francesa na Paraíba.

O destaque para a vida profissional de Afonso Pereira confirma-se no contexto atuante da sua vocação de Mestre. Mesmo atuando em várias outras frentes de trabalho, e não apenas o ensino, ele procurava fazer educação. A educação e a militância foram tomadas como traços marcantes de sua vida.

Tudo isso faz parte do seu relato autobiográfico, baseado na preocupação de dar uma lógica ao mesmo tempo retrospectiva e prospectiva de sua vida. Na esteira dos estudos de Bourdieu (1996, p.184-85), podemos dizer que há nesse fazer de Afonso Pereira:

[...] a propensão a tomar-se o ideólogo de sua própria vida, selecionando, em função de uma intenção global, certos acontecimentos significativos e estabelecendo entre eles conexões para lhes dar coerência [...], como as que implicam a sua instituição como causas ou, com mais frequência, como fins, conta com a cumplicidade natural do biógrafo, que, a começar por suas disposições de profissional da interpretação, só pode ser levado a aceitar essa criação artificial de sentido.

Os projetos autobiográficos estabelecem relações de causalidade e sucessividade entre os acontecimentos vividos. Esse direcionamento se liga à aceitação da “ilusão autobiográfica”, utilizando expressão cunhada por Bourdieu, produzida por estratégias narrativas da história contada. Uma “ilusão” diz mais sobre a constância do indivíduo em si mesmo do que sobre a sua mudança, que se dá mais no *ethos*, que se desenvolve “num deslocamento linear, unidirecional, que tem começo, ‘uma estreia na vida’, etapas e fim” (BOURDIEU, 1996, p.183).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

De modo geral, todo acervo arquivístico é relevante para a história cultural, principalmente quando há uma política sobre a preservação desses documentos, identificados e disponíveis depois à consulta pública.

Os arquivos pessoais oferecem terreno sólido para o contato que se estabelece entre os usuários e os documentos que lhes permitem conhecer o passado, assegurando a capacidade da rememoração coletiva. Manter os arquivos organizados corretamente significa manter a informação organizada e à disposição para os fins que se fizerem necessários para a sociedade. Considerando que a organização de documentos é determinante para garantir a recuperação da informação e a preservação da memória, em arquivos pessoais, também são fundamentais, por fazerem parte dessa realidade, a apreensão dos conceitos que orientam a produção e preservação dos documentos e o entendimento do que seja a documentação arquivística.

A escrita de si se estrutura como um tipo de construção discursiva, e o “pacto” autobiográfico corresponderia a um conjunto de convenções narrativas; por isso, cabe ao autor a verdade sobre a sua produção, pois somente ele saberia a real intenção do que foi produzido.

Nessa visão autobiográfica, podemos dizer que Afonso Pereira investiu na construção de uma imagem de si, reconhecida como autêntica e personalizada. O *corpus* documental, sobre o qual nos debruçamos, é uma fonte de pesquisa de relevância e nos permitiu constatar e vislumbrar o Arquivo Pessoal Afonso Pereira nos seus vários aspectos e, sobretudo, conhecer melhor esse cidadão paraibano, através de sua intensa vida de atividades diversas, mas que acabaram culminando na educação.

Os documentos que Afonso Pereira acumulou durante sua vida representam um acervo fundamental para a memória cultural. São documentos acessíveis para pesquisadores e estudantes, e a disponibilização das informações ao público acadêmico é uma das principais finalidades desse Arquivo. O seu acervo caracteriza-se como fonte de informação e registro da memória, além de contribuir para ampliar a visibilidade da informação arquivística.

Podemos inferir que a produção arquivística no Arquivo Afonso Pereira é reveladora de um projeto autobiográfico, resultante de uma ação de seu produtor, e envolve a imaginação e autoridade intelectual. Reafirmamos com Walter Benjamin, que o estudo do passado é essencial porque nele está contido o presente.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, G. **O que resta de Auschwitz**. Trad. de Selvino J. A. São Paulo: Boitempo, 2008.

ASCOM. Assessoria de Comunicação. <http://unipe.br/2015/10/30/um-dos-fundadores-do-unipe-prof-afonso-pereira-completaria-hoje-97-anos/>.

BELLOTTO, H. L. **Diplomática e tipologia documental**. Brasília: Briquet de Lemos, 2008.

BOURDIEU, P. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, M. de M.; AMADO, Janaína. **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas - FGV, 1996. p. 181- 191.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 56/2007 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94. Brasília: Senado Federal. Subsecretaria de Edições Técnicas, 2008.

BUENO, V. M. A. Patrimônio cultural brasileiro e legislação: um panorama. **Senatus**, Brasília, v. 4, n. 1, p. 18-25, nov. 2005.

CAMARGO, A. M. de A.; GOULART, S. **Tempo e circunstância, a abordagem contextual dos arquivos pessoais**: procedimentos metodológicos adotados na organização dos documentos de Fernando Henrique Cardoso. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso (IFHC), 2007.

_____. De "arquivo pessoal" a "patrimônio nacional": reflexões acerca da produção de "legados". Rio de Janeiro: CPDOC, 2005. Trabalho apresentado no **I Seminário PRONEX Direitos e Cidadania** apresentado no CPDOC/FGV. Rio de Janeiro, 2-4 de ago de 2005.

FOUCAULT, M. **A hermenêutica do sujeito**. São Paulo: Martins Fontes, 2 ed. 2006.

FONSECA, M. C. L. **O patrimônio em processo**: trajetória política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Minc-Iphan, 2005.

GOMES, Â. de C. Escrita de Si, escrita da História: a título de prólogo. In: ____ (Org.). **Escrita de Si, escrita da história**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. p. 07-24.

HEYMANN, L. Q. Indivíduo, memória e resíduo histórico: uma reflexão sobre arquivos pessoais e o caso Filinto Müller. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 10, n. 19, 1997, p.41-66.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN. Patrimônio cultural. Disponível em: portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/218. Acessado em 03-05-2016.

JARDIM, J. Maria. A invenção da memória nos arquivos públicos. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 25, n. 2, 1995.

_____. **Lei nº 8.313**, de 23 de dezembro de 1991, que institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura: PRONAC.

LEJEUNE, Philippe. O pacto autobiográfico: de Rousseau à Internet. Trad. de Jovita Maria Gerheim Noronha e Maria Inês Coimbra Guedes. Belo Horizonte. Ed. UFMG, 2008. (Coleção Humanitas).

OLIVEIRA, L. M. Veloso de. **Arquivos pessoais de valor histórico**. Fundação Casa de Rui Barbosa, Centro de Memória e Informação (CMI). Arquivo Histórico e Institucional da FCRB, março, 2012.

OLIVEIRA, L. M. V. de; OLIVEIRA, I. C. B. de. Descrição arquivística: contexto arquivístico, controle de vocabulário e o usuário. In: Encontro de Bases de Dados sobre Informações Arquivísticas, 3, 2009, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 2009. p. 46-57.

SANTOS, P. R. E.dos. _____. Uma abordagem arquivística: os documentos de um laboratório das ciências biomédicas. In **História, Ciências, Saúde** - Manguinhos, Rio de Janeiro, v.19, n.1, jan-mar 2012, p.303-323. Disponível em: www.scielo.br/pdf/hcsm/v19n1/16.pdf>. Acessado em abril, 2016.

SILVA, M. C. S. de Mello e. Arquivos pessoais e documentos digitais: o que nos reserva o futuro? In: OLIVEIRA, L. M. V. de; OLIVEIRA, I. C. B. de (Orgs.). **Preservação, acesso, difusão**: desafios para as instituições arquivística no século XXI. Rio de Janeiro, Associação dos Arquivistas Brasileiros, 2013, p.465-473.